



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ**  
**CURSO LICENCIATURA – GEOGRAFIA**

**GISELE DE PAULA SILVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE AS NOÇÕES DE ESPAÇO RURAL BRASILEIRO EM  
LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CHAPECÓ**  
**2016**

**GISELE DE PAULA SILVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE AS NOÇÕES DE ESPAÇO RURAL BRASILEIRO EM  
LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura – Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de título Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões

**CHAPECÓ**

**2016**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

, Gisele de Paula Silveira  
Reflexões sobre as noções de espaço rural brasileiro  
em livros didáticos de geografia do ensino fundamental/  
Gisele de Paula Silveira . -- 2017.  
50 f.

Orientador: Willian Simões.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
licenciatura geografia , Chapecó, SC, 2017.

1. Geografia. 2. Espaço rural brasileiro. 3. Livro  
didático. I. Simões, Willian, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**GISELE DE PAULA SILVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE AS NOÇÕES DE ESPAÇO RURAL BRASILEIRO EM  
LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIADO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
19/12/2016

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador Prof. Dr. Willian Simões - UFFS

---

Profa. Dra. Adriana Maria Andreis - UFFS

---

Profa. Dra. Lidia Lucia Antongiovanni - UFFS

Dedico este trabalho ao meu esposo e minha filhas que, com muito carinho, incentivo e apoio, não mediram esforços, para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, Ser Supremo, pela oportunidade desta formação e também pelas condições físicas e mentais a mim conferidas, que tornaram o sonho em realidade.

Aos meus familiares, em especial as minhas filhas Débora, Bianca e Fernanda, pela compreensão, dos momentos em que estive ausente, das inúmeras vezes em que não tive paciência e mesmo assim vocês sempre estavam do meu lado, a minha enormegratidão a vocês.

A todos que colaboraram para que este trabalho se tornasse realidade, sem exceção, sobretudo aos professores do curso e, em especial, ao Professor Orientador Willian Simões, pela paciência na orientação, compreensão, correções, sugestões e incentivos, possibilitaram que o mesmo chegasse ao seu término, a professora Adriana Maria Andreis e a Professora Lidia Lucia Antongiovanni pelas suas ponderações junto ao trabalho o meu muito obrigada a vocês.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida, o meu muito obrigada!

*O ensino de Geografia deve visar ao desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista de sua espacialidade. Isso porque se tem a convicção de que a prática da cidadania, sobretudo nesta virada do século, requer uma consciência espacial. (Lana de SouzaCavalcanti)*

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma reflexão sobre as noções de espaço rural brasileiro em conteúdos de geografia dispostos em livros didáticos do ensino fundamental. Realizou-se um levantamento dos livros didáticos de geografia mais utilizados no município de São Carlos-SC e, posteriormente, buscou-se analisar os livros com o intuito de compreender as perspectivas apresentadas pelos autores e refletir sistematicamente sobre seus possíveis desdobramentos nos processos de ensinar e aprender Geografia no Ensino Fundamental. Pode-se dizer que no Brasil, a revolução verde, ou ainda, o processo de modernização da agricultura desencadeado, sobretudo, a partir da década de 1960, ocasionou constantes transformações no espaço rural e estas alteraram profundamente o modo de produção agrícola bem como a maneira como compreendemos o espaço rural. As reflexões aqui desenvolvidas permitiram constatar que os conteúdos apresentados pelos autores reforçam uma perspectiva economicista de espaço rural brasileiro, em que o agronegócio se destaca como meio de desenvolvimento do campo, deixando em segundo plano a importância da agricultura familiar bem como dos sujeitos que estão envolvidos. Outra constatação está na produção da invisibilidade da diversidade de povos que habitam e vivem no campo.

Palavras-chaves: Espaço rural, Livro Didático, Ensino de Geografia.



## ABSTRACT

The present research analyzes contents on Brazilian rural space in elementary school geography textbooks. A survey was carried out in order to identify the geography textbooks most used in the city of São Carlos – SC and later aims to analyze the textbooks in order to understand the perspectives presented by the authors and to systematically reflect on their possible developments in the teaching and learning process of geography. It can be said that in Brazil the green revolution, or the process of modernization of agriculture, especially since the 1960s has brought about constant changes in the rural space and these have profoundly altered the way of agricultural production as well as the way we understand the rural space. The reflections developed here showed that the contents presented by the authors reinforce an economic perspective of Brazilian rural space, in which agribusiness stands out as a means of developing the field, leaving in the background the importance of family agriculture as well as of the subjects that are involved. Another finding is in the production of the invisibility of the diversity of peoples who live and live in the countryside.

Keywords: Rural Space. Textbook. Teaching Geography.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Imagem da localização do município de São Carlos SC.....	12
Figura 02: Imagens ilustrativas do livro “Geografia Homem e espaço” 6º ano,.....	20
Figura 03: Imagens ilustrativas do livro “Geografia Homem e espaço” do 6º ano .....	20
Figura 04: Imagens ilustrativas do capítulo “Lugar, Espaço geográfico e sociedade” do Livro “A”.....	21
Figura 05: Imagens ilustrativas do capítulo “Agricultura e Pecuária” do livro “A”.....	23
Figura 06: Imagens ilustrativas do livro “Geografia Homem e espaço” do 7º ano.....	25
Figura 07: Imagens ilustrativas do sumário do livro “Geografia Homem e espaço do 7º ano .....	26
Figura 08: Imagens ilustrativas do capítulo “Brasil de país agrário a país industrial” do livro “B”.....	27
Figura 09: Imagens ilustrativas do capítulo “A população brasileira” do livro “B”.....	30
Figura 10: Imagens ilustrativas do capítulo “ o espaço socioeconômico” do livro “B”.....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

INCRA - Instituto de Colonização e reforma Agrária

MAB - Movimento dos Atingidos por barragens

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PONDERAÇÕES SOBRE O USO DE LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO</b> .....	18
<b>2. AS NOÇÕES DE ESPAÇO RURAL BRASILEIRO EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUNS DESTAQUES</b> .....	18
2.1 SOBRE O LIVRO DIDÁTICO "A".....	19
<b>3. A ÊNFASE NO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE DOS SUJEITOS DO CAMPO: O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO</b> .....	33
3.1 A ÊNFASE NO AGRONEGÓCIO E O DISCURSO NEGATIVO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR.....	34
3.2 A INVISIBILIDADE DOS DIFERENTES TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DOS SUJEITOS DO CAMPO.....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1 – INTRODUÇÃO

A temática do livro didático nos chama a atenção, pois, embora o professor disponha atualmente de inúmeros instrumentos para fortalecer suas aulas, o livro didático continua sendo o principal material didático utilizado em sala, principalmente no que diz respeito à escola pública. Isso foi o que pude presenciar em minha vivência em sala de aula, quando em 2010 comecei minha graduação em geografia pela UFFS e em 2011 entrei pela primeira vez em sala de aula como professora.

O desejo de conquistar meus alunos e fazer com que eles gostassem de Geografia era grande, já que a disciplina em questão é inúmeras vezes considerada chata ou típica de 'decoreba. Estava ansiosa para realizar um trabalho interessante, com aulas dinâmicas, não queria ficar presa ao livro didático, queria levar os alunos a compreender os conceitos de geografia, bem como a importância desta disciplina para o dia a dia dos mesmos. Mas quando dei por mim, lá estava eu, repetindo o livro didático, e confesso que isso me incomodou, mas minha inexperiência dificultava a concretização um trabalho diferenciado.

Porém em conversas com professores da escola em que tive a oportunidade de trabalhar descobri que isso não era um anseio apenas meu e que muitos deles diziam que o livro didático acabava limitando o trabalho e direcionando as aulas. A escola em que tive a oportunidade de trabalhar como professora foi a escola Cardeal Arcoverde que está localizada no município de São Carlos SC, conforme mostra o mapa a seguir:

Figura 01: Imagens dos mapas de localização do município de São Carlos SC



Fonte: [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br) adaptado por Silveira (2016)

O município de São Carlos está localizado no oeste de Santa Catarina, no ano de 1927 começou seu processo de colonização com a companhia Territorial Sul Brasil que tinha como diretor o Dr. Carlos Culmey. A companhia era composta por descendentes de alemães que já residiam no estado vizinho do Rio Grande do Sul (KERBES, 2004). A economia do município gira em torno da produção agrícola e a maioria da população encontra-se no espaço rural, em consequência, os alunos das escolas localizadas no município são em grande parte do espaço rural.

Dessa forma sabendo que o livro didático deve estar relacionado com a realidade da escola, achamos conveniente fazer a análise dos livros didáticos de geografia do ensino fundamental utilizados nas escolas do município de São Carlos, analisando como os autores abordavam o espaço rural neste material. Ao encontro dessa questão acerca do livro didático que é amplamente utilizado nas escolas, e

que seu uso é questionado, nos mobilizamos a realização desta pesquisa. Com esse sentido o objetivo da pesquisa não é o de classificar os livros didáticos como sendo bons ou ruins, mas sim refletir como o espaço rural é visto e explanado pelos autores.

Dessa maneira o texto está estruturado em duas seções e quatro subseções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, há uma contextualização acerca do livro didático de geografia e o espaço rural brasileiro, posteriormente nas subseções, foi elaborada uma análise de como o autor do livro vê o espaço rural brasileiro. Na segunda seção é aprofundada nossa compreensão sobre a ênfase do agronegócio e a produção de invisibilidade no espaço rural brasileiro, nas subseções seguintes nossa análise terá como base o discurso negativo da agricultura familiar e também a invisibilidade dos territórios e territorialidades dos sujeitos do campo,

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PONDERAÇÕES SOBRE O USO DE LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO

Pode-se dizer que não é de hoje que o livro didático continua sendo um dos materiais de apoio pedagógicos mais utilizados nas salas de aula de todo o Brasil, principalmente como subsídio ao processo de ensino e aprendizagem nas aulas de geografia (SILVA E OLIVEIRA, 2013). Cabe salientar que, de modo geral, estes livros se propõem a incorporar uma dinâmica ao ensino, onde, se pretende associar novos métodos e metodologias a realidade do educando, podendo tornar ou não mais significativa sua aprendizagem, bem como podendo contribuir para a constituição de uma consciência espacial-cidadã. (NOGUEIRA E CARNEIRO, 2013).

Pelo menos é o que podemos observar nas orientações dos autores dos livros aqui analisados, quando estes sugerem atividades/exercícios que instigam a pesquisa, leituras complementares ou filmes, apresentam glossários, indicam livros para aprofundamento dos conteúdos/conhecimentos, entre outros.

Consideramos relevante a estreita relação do livro didático para a constituição da escola e da sua interferência no ensino, pois, por meio do livro didático o aluno pode ter acesso a uma parte do conhecimento e também a um conjunto de informações ainda privilegiadas, sobretudo em escolas localizadas em regiões mais isoladas dos grandes centros urbanos. É possível mencionar ainda que o livro didático, como já destacado por Choppin (2004), assume múltiplas funções dentre as quais podemos citar:

- I) a sua *função curricular*, esta em que o livro didático passa a ser uma tradução de um programa de ensino, que acaba se tornando o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, eleitos por influência de determinadas orientações/diretrizes oficiais;
- II) a função *instrumental*, uma vez que o livro pode induzir a métodos de aprendizagem que objetivam mais a memorização de conhecimentos do que fomentar sua leitura crítica, assim como a resolução de problemas;



III) a *função cultural*, exposta pelo autorsupramencionado como sendo a sua função mais antiga, em que o livro didático veio se constituindo ao longo da história como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e também dos valores das classes dirigentes.

Choppin (2004) diz ainda que o livro didático não dispensa, também, a função documental, pois ele pode fornecer um conjunto de documentos textuais ou relativos a imagens onde a sua observação pode vir a desenvolver o espírito crítico do aluno.

Porém, compreendemos que o livro didático não é o único material que pode ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem de qualquer componente curricular na Educação Básica. Pode-se dizer que há outros materiais de apoio pedagógico no interior do espaço escolar que estabelecem relações de concorrência ou complementaridade em relação a ele, que no caso da Geografia pode ser exemplificado pelo uso de mapas e maquetes, documentários televisivos, jornais impressos, artigos disponíveis na internet e revistas, o laboratório de informática e o uso de apresentações em projetor multimídia, entre outros.

Compreendemos que este recurso didático, o livro, pode servir de apoio aos docentes como parte de suas estratégias didáticas no decorrer do ano letivo, mas não, necessariamente, como sendo a última instância ou mesmo o material padrão de excelência a ser adotado na sala de aula. Desta forma, defenderemos neste texto que o livro didático precisa ser analisado pelo docente com um olhar crítico, ser visto como um instrumento de trabalho auxiliar e não como sendo o único material de apoio pedagógico a ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem em Geografia na Educação Básica, pois, nem sempre em sua essência os conteúdos contidos neles são verdades absoluto-incontestáveis – como discutiremos ao longo deste texto.

Dessa forma, estar atento aos conteúdos que estão presentes no livro didático torna-se de suma importância. Sendo assim, fizemos um levantamento sobre quais são os livros didáticos de geografia mais utilizados pela rede municipal de ensino do município de São Carlos-SC e, conseqüentemente, buscamos identificar como seus autores fazem referência ao espaço rural brasileiro. Optou-se por este tema, o

espaço rural brasileiro, devido a sua relevância no cenário social, político, ambiental bem como cultural do município acima destacado.

É importante reforçar que o objetivo deste trabalho não é de classificar os livros didáticos como sendo “bons” ou “ruins”, pretende-se apenas apresentar o resultado do olhar crítico sobre as obras, para então refletirmos sobre os conhecimentos em torno do espaço rural brasileiro vem sendo disposto para as escolas de Educação Básica, em particular, nas escolas do município supramencionado.

Os livros selecionados para o nosso estudo foram: Geografia Homem e Espaço, de autoria de Elian Alabi Lucci e Anselmo Lazaro Branco, da editora Saraiva (2012) utilizados nos 6º e 7º ano dos anos finais do ensino fundamental. Optou-se por estas duas obras, que serão chamadas de livro A e livro B respectivamente no decorrer da pesquisa, pois as mesmas apresentam de modo significativo conteúdos/conhecimentos mais voltados para a temática do espaço rural brasileiro. Constatamos que os livros de Geografia utilizados nos demais anos seguem uma perspectiva de Geografia dos Continentes, não tendo centralidade nos conteúdos os aspectos espaciais do Brasil.

E sendo o livro didático um dos principais meios de organização e apresentação de conteúdos nas escolas, o mesmo deve ser visto e entendido como um material – de apoio pedagógico, e não como um produto entendido fora de seu contexto social. O professor ao trabalhar o conteúdo do livro didático deve colocar-se como um sujeito indagador/pesquisador, ou seja, ele precisa analisar o conteúdo do livro didático, os discursos que estão contidos nele, é preciso adentrar no âmbito intelectual e social do discurso do autor, identificar as intenções e influências que estão presentes nos conteúdos dos livros. Pois, inúmeras vezes os discursos contidos nos livros didáticos, acabam por “mascarar” ou “distorcer” determinadas realidades (SILVA E OLIVEIRA, 2013).

Sendo assim, inicialmente, para apresentar as análises realizadas nesta pesquisa, buscou-se olhar os capítulos referentes ao tema abordado, posteriormente foi realizada uma leitura exploratória com o objetivo de identificar a partir de

imagens, títulos, subtítulos e texto principal, alguns discursos dos autores a respeito do conceito de espaço rural, as representações do campo que estão ou não dispostas no livro ao tratar sobre o tema, com destaque para assuntos como o agronegócio, a agricultura familiar, as comunidades tradicionais, os Sem Terra, entre outros. Questionamo-nos, por exemplo, sobre como as formulações dispostas nos conteúdos aparecem em torno destes assuntos, quem ocupa mais espaço nestes discursos. Estas e outras inquietações surgiram no decorrer da análise e nos guiaram nas reflexões em torno do teor dos conteúdos a respeito do espaço rural brasileiro.

## **2. AS NOÇÕES DE ESPAÇO RURAL BRASILEIRO EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUNS DESTAQUES**

Com base nos estudos de Romanatto (2009), podemos afirmar que o livro didático acompanhou o desenvolvimento do processo de escolarização do Brasil. Subsequente a isso, com a democratização do ensino e em movimento com as realidades que o processo de ensino-aprendizagem passou a produzir, parte significativa dos conteúdos escolares, foram veiculados pelos livros didáticos onde o referido material de apoio pedagógico veio assumir papel importante na práxis educativa, tanto no que diz respeito a ser utilizado como instrumento de trabalho do professor, quanto como único objeto cultural e de conhecimento ao qual o aluno tinha acesso no final do século XIX e início do século XX.

Apesar de o livro didático ser um instrumento impresso bastante familiar no ambiente escolar, torna-se complexo definir a função que o mesmo exerce ou deveria exercer em sala de aula. Pode-se dizer que para alguns professores ele acaba se constituindo como um material que tem a finalidade de melhorar a eficácia do processo de ensino e aprendizagem em Geografia (CHOPPIN, 2004). Contudo, nossos estudos permitiram evidenciar que seu emprego assume importâncias diferenciadas e é preciso analisar as condições, lugares e situações em que o mesmo é produzido e utilizado. Consideramos relevante levar em conta a localização geográfica, o contexto cultural e regional onde a escola está inserida.

Compreendemos, desta forma, que o livro didático não deve ser visto como o único instrumento de ensino no ambiente escolar, pois, vivemos em um país que apresenta realidades distintas quando nos referimos ao estudo do território e dos sujeitos que dele fazem parte. Sendo assim, o livro não deve ser utilizado como principal ou até mesmo o único material de estudo. Isso acaba tornando o ensino desgastante e pouco desperta o interesse do aluno para a necessidade de aprender. Desta forma, compreendemos que o docente não precisa utilizar o livro como instrumento definidor de todas as suas aulas, mais como um material que está a seu serviço, como afirma VESENTINI (1989):

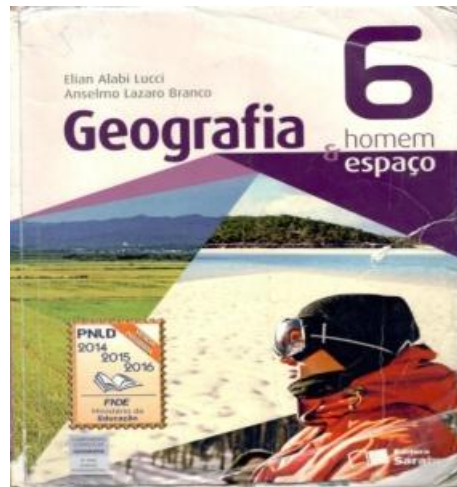
Trata-se de usar criticamente o manual, relativizando-o, confrontando-o com outros livros, com informações de jornais e revistas, com a realidade circundante. Ao invés de aceitar a “ditadura” do livro didático, o bom professor deve ver nele (assim como em textos alternativos, em slides ou filmes, em obras paradidáticas etc.) tão somente um apoio ou complemento para a relação ensino-aprendizagem que visa a integrar criticamente o educando ao mundo. (VESENTINI, 1989, p.167):

Para tanto, a abordagem do livro escolhido deve conter os requisitos mínimos para uma boa prática de ensino, já que esse, muitas vezes, pode ser a primeira ferramenta utilizada para contribuir com a prática de ensino nas escolas. Neste capítulo, dedicamo-nos a trazer e a ponderar a respeito de alguns destaques, assim como explicitar, desde já, reflexões sobre as abordagens dos livros anteriormente citados no que se refere às noções de espaço rural brasileiro dispostos. Objetivamos não só destacar o que os livros dizem, mas o que eles não dizem – ou seja, o pano de fundo, a perspectiva de espaço rural que se esconde por trás dos conteúdos propostos.

## **2.1 Sobre o livro didático A**

Nesta primeira leitura do livro didático de geografia do sexto ano do ensino fundamental, procuramos destacar a visão dos autores sobre o espaço rural brasileiro. Na obra intitulada por nós como livro A (Figura 02), o espaço rural é abordado em dois capítulos que não são subsequentes, conforme pode ser visto na Figura 03.

Figura 02: Imagens ilustrativas do livro: “Geografia homem e espaço 6º ano”, livro “A”



Fonte: livro “A”, adaptado por Silveira (2016).

Figura 03: Imagens ilustrativas do sumário do livro: “Geografia homem e espaço 6º ano”, livro

Sumário	
<b>UNIDADE I</b>	<b>AS PAISAGENS E O ESPAÇO GEOGRÁFICO</b>
Capítulo 1   A paisagem, 12	O que é paisagem.....
Capítulo 2   Lugar, espaço geográfico e sociedade, 21	O que é lugar..... O que é espaço geográfico..... A sociedade..... As transformações do espaço geográfico.....
<b>Projeto especial</b>	As paisagens do bairro: as casas, as ruas, muitos lugares para conhecer.....
<b>UNIDADE II</b>	<b>UNIVERSO E PLANETA TERRA – MOVIMENTOS, ORIENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO</b>
Capítulo 3   Universo e Sistema Solar, 38	Da observação do céu à Astronomia.....
Capítulo 4   Planeta Terra – características e movimentos, 47	O planeta em que vivemos..... Os movimentos da Terra.....
Capítulo 5   A orientação no espaço geográfico, 55	Espaço geográfico: orientação.....
Capítulo 6   A representação do espaço geográfico, 65	Mapas.....
<b>Geografia &amp; arte</b>	A observação e a leitura da paisagem.....
<b>UNIDADE III</b>	<b>FORMAÇÃO DA TERRA E A LITOSFERA</b>
Capítulo 7   Interior da Terra e crosta terrestre, 84	A formação do planeta Terra..... A vida nos ecossistemas..... A estrutura interna da Terra e a crosta terrestre.....
Capítulo 8   Relevo e seus agentes modificadores, 98	O relevo terrestre..... Forças ou agentes modificadores do relevo.....
<b>Projeto especial</b>	O relevo do meu estado.....
<b>UNIDADE IV</b>	<b>ATMOSFERA, CLIMA E VEGETAÇÃO</b>
Capítulo 9   Atmosfera, tempo e clima, 118	A atmosfera..... O tempo e o clima..... Atmosfera e problemas ambientais.....
Capítulo 10   Tipos de clima, 131	Mudanças climáticas..... Tipos de clima..... Clima local.....
Capítulo 11   Coberturas vegetais, 141	Vegetação original.....
<b>Geografia &amp; arte</b>	Artesanato no Jalapaão.....
<b>UNIDADE V</b>	<b>HIDROSFERA</b>
Capítulo 12   Água – importância e formas de uso, 156	A hidrosfera – fonte de vida.....
Capítulo 13   Oceanos e mares, 162	Os oceanos..... As características das águas marinhas.....
Capítulo 14   Águas continentais, 171	As águas continentais.....
<b>Projeto especial</b>	Os mananciais e a expansão das cidades.....
<b>UNIDADE VI</b>	<b>RECURSOS NATURAIS, TRABALHO E ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>
Capítulo 15   Recursos naturais e fontes de energia, 184	Recursos naturais renováveis e não renováveis.....
Capítulo 16   O trabalho e o espaço geográfico, 197	O trabalho..... As relações de trabalho..... A população economicamente ativa e os setores da economia.....
Capítulo 17   Agricultura e pecuária (setor primário), 207	Agricultura..... Pecuária.....
Capítulo 18   A atividade industrial e os tipos de indústria (setor secundário), 217	A atividade industrial.....
Capítulo 19   Comércio e serviços (setor terciário), 225	Comércio, transportes, comunicações – a integração dos lugares.....
<b>Geografia &amp; arte</b>	Lixo Extraordinário: lição de vida pelas mãos dos catadores.....
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>238</b>

“A”.

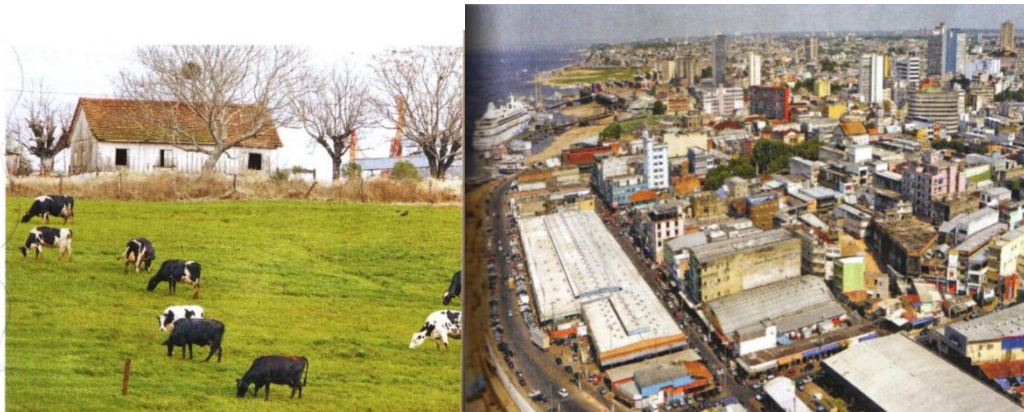
Fonte: livro “A”, adaptado por Silveira (2016).

Primeiramente, os autores mencionam o espaço rural como paisagem geográfica e espaço geográfico, sobre estes conceitos, Lucci e Branco (2012, p. 17) afirmam que:

A paisagem geográfica é aquela que foi modificada pela ação humana, também chamada de paisagem artificial ou cultural. Ela é o resultado das transformações que as pessoas realizam na natureza. As paisagens (o que vemos e percebemos no espaço em determinado momento), as alterações que nelas são feitas pela ação humana, as diversas atividades (trabalho, estudo, lazer) realizadas pelas pessoas, as pessoas e o modo como se relacionam constituem o espaço geográfico. (LUCCI e BRANCO, 2012, p. 17)

É possível perceber no decorrer deste capítulo que não é proposto um conceito específico sobre espaço rural, o mesmo só é mencionado a título de comparação com o que ocorre no espaço urbano. Nesse sentido, podemos afirmar que o livro deixa aberta a possibilidade de construção deste conceito a partir do trabalho realizado em sala, sem apresentar uma definição a priori. Conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 04: Imagens ilustrativas do capítulo “Lugar, Espaço Geográfico e sociedade” do Livro “A”.



Fonte: livro “A”, (2012.p.17) Adaptado por Silveira (2016).

No entanto, a partir das duas imagens expostas anteriormente e também por meio de parte do conteúdo, percebe-se que os referidos autores passam a ideia de

que o espaço urbano apresenta um elevado grau de desenvolvimento, bem como uma maior possibilidade de qualidade de vida, sobretudo devido às diversas atividades econômicas presentes. Já para o espaço rural, constatou-se uma visão de não prosperidade, de baixa dinamicidade e poucas oportunidades em torno do cenário. Diante disto é importante que o professor questione sobre a maneira de como é visto o rural, procurando apresentar aos estudantes outras paisagens. Vejamos um trecho do discurso dos autores LUCCI e BRANCO, (2012) que nos permitem constatar essa afirmativa:

Atualmente, a maior parte da humanidade vive em cidades, nelas quase todos os elementos existentes foram construídos pelo homem, por causa dos inúmeros tipos de construções e das diversas atividades econômicas ali existentes, os grandes centros urbanos tornaram-se mais complexos e conseqüentemente com mais oportunidades, os espaços rurais também sofreram intensas modificações do ser humano eles fazem parte de uma natureza modificada, porém não tão desenvolvido. (LUCCI e BRANCO, 2012, p. 17).

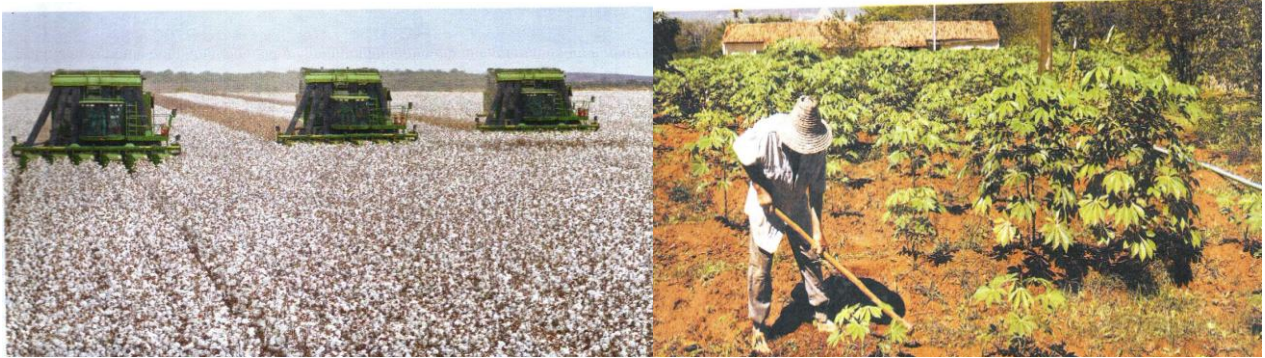
No outro capítulo, que trata do setor primário da economia, destaca-se a importância da agricultura para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo por ter sido esta uma das primeiras atividades econômicas praticadas pelos seres humanos, como bem menciona Lucci e Branco (2012):

A agricultura é a atividade econômica que integra o setor primário, caracterizada pelo cultivo e pela colheita de plantas. Ela fornece alimento para os seres humanos e animais e matéria prima para a indústria, como a pecuária (criação de animais), que foi uma das primeiras atividades econômicas realizadas pelos seres humanos. (LUCCI E BRANCO, 2012, p. 208).

Porém, ao mesmo tempo em que os referidos autores tratam da importância da agricultura para o cenário da sociedade, eles dão ênfase a questão do agronegócio e das agroindústrias, deixando de lado a importância da agricultura familiar, por exemplo, para o panorama da economia brasileira, como chama à atenção as imagens a seguir:



Figura 05: Imagens ilustrativas do capítulo “Agricultura e Pecuária” do livro “A”



Fonte: livro “A”, (2012.p.211). Adaptado por Silveira (2016)

Os autores induzem para o entendimento, por meio destas duas imagens que demonstram situações opostas, que o agronegócio é superior e mais eficaz que qualquer outro tipo de agricultura mais tradicional – a exemplo da tradição da agricultura familiar e camponesa. Podemos mencionar, também, o fato de que o espaço rural se complexificou ao longo da história da humanidade, agregando atividades não agrícolas, a exemplo do turismo rural. Nessa perspectiva, o que podemos observar a partir da imagem e considerando o conteúdo disposto no livro é que:

- i) Uma das imagens representa um sistema da roça onde o solo é preparado de forma mais básica com a derrubada da mata, que depois é utilizado o sistema de roçar (limpar) a área a ser plantada, em que os instrumentos de trabalho utilizados neste sistema são bem simples, sendo considerado um método em que o desenvolvimento do produto é de forma mais lenta, que por consequência faz com que o produto final demore mais tempo para estar no mercado.
- ii) Já na outra imagem, o sistema modernizado/tecnificado é representado pela imagem das máquinas, remete às grandes lavouras que utilizam práticas modernas para realizar os procedimentos necessários no solo, como a utilização de adubos, fertilizantes, pesticidas, inseticidas entre tantos outros tipos de agrotóxicos, o que acaba gerando um excedente de produção, o que vem a atrair grandes indústrias para a área rural.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho braçal exposto na imagem nos remete a ideia de atraso, enquanto a imagem da máquina, do modernizado, é sinal de avanço, o que vem a ser mais viável economicamente. Ambas as imagens demonstram as contradições que existem no campo em consequência do capitalismo.

É evidente de que os autores tratam predominantemente da questão do espaço rural brasileiro através do viés economicista, embora os mesmos mencionem os conflitos no campo ou a importância da reforma agrária. Sabe-se que a desapropriação dos camponeses é um problema de cunho social que se agrava com o crescimento do agronegócio (CARVALHO, 2014). Sobre a questão agrária e as problemáticas da reforma agrária, ainda que o espaço dedicado a essa questão possa ser considerada inócua, pode ser observado no seguinte trecho do livro:

[...] quase metade das terras no Brasil está concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais, os latifundiários, e muitas dessas propriedades são improdutivas. O agronegócio tem intensificado a concentração da propriedade rural nas mãos de poucas pessoas. Essa grande desigualdade na distribuição de terras provoca uma série de problemas sociais como os conflitos pela posse de terras, a exploração da mão de obra com baixíssimos salários, a saída de pessoas do campo para as cidades, que foi muito intensa principalmente na segunda metade do século XX. (LUCCI e BRANCO, 2012, p. 213).

Outro ponto que é destacado no livro, embora de maneira superficial, trata da exploração da mão de obra camponesa que tem como consequência o êxodo rural, bem como a questão dos problemas ambientais que a prática da agricultura moderna acarreta para o ambiente natural. Vejamos um exemplo:

Os principais problemas ambientais associados a prática da agricultura moderna que podem ser mencionados é a questão do intenso uso de máquinas agrícolas, que provocam a erosão do solo (por causa da profunda aração das máquinas) e altera a sua estrutura física (em razão do peso de tratores, semeadeiras e colheitadeiras. Outro ponto a mencionar associado a este fator é o uso excessivo de agrotóxicos, pesticidas, inseticidas e herbicidas, que acarreta a poluição do solo, dos rios e das águas subterrâneas. Ocorre também em grande escala o assoreamento de rios e o desmatamento de vegetações nativas. (LUCCI e BRANCO, 2012, p. 212)

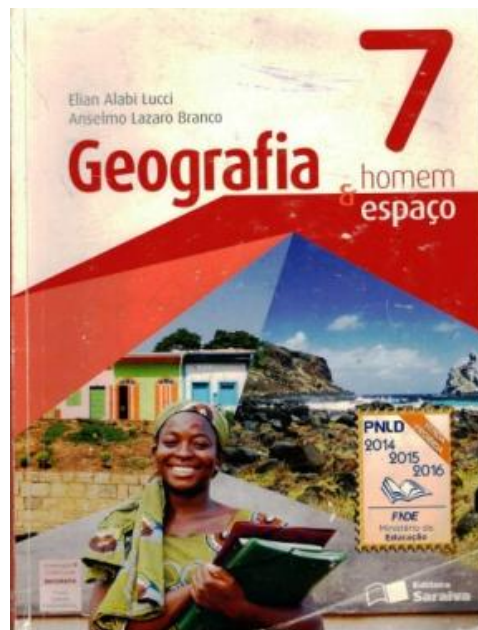
Com a leitura e uma análise mais criteriosa a respeito do livro A foi possível identificar que os autores em nenhum momento mencionam os sujeitos históricos

como, os indígenas, os quilombolas, os pescadores, os negros, entre outros, sujeitos. Estes que foram e são tão importantes na constituição do espaço rural brasileiro. Torna-se então de suma importância que o docente ao trabalhar com o livro didático faça uma análise minuciosa do conteúdo, pois, tanto o docente quanto o educando devem ser autores do conhecimento e não apenas meros espectadores dos conteúdos que já vêm pré-estabelecidos pelo material didático.

## 2.2 Sobre o livro didático B

No segundo livro analisado, Geografia homem e espaço do sétimo ano do ensino fundamental, sendo aqui chamado por nós de livro “B” (figura 06), o espaço rural brasileiro, bem como os elementos que dele fazem parte, são mencionados em cinco capítulos, conforme podemos observar na figura 07.

Figura 06: Imagens ilustrativas do livro: “Geografia homem e espaço 7º ano”, livro “B”.



Fonte: livro “B”, Adaptado por Silveira (2016).

Figura 07: Imagens ilustrativas do sumário do livro: “Geografia homem e espaço 7º ano”, livro “B”.

Unidade	Conteúdo	Unidade	Conteúdo
<b>I</b>	<b>BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO, PAISAGENS E REGIÕES, 10</b> <b>Capítulo 1   O espaço geográfico brasileiro, 12</b> Diversidade de paisagens e culturas. Espaço geográfico – ações humanas e contrastes culturais. A organização social. Poder político e poder econômico. Estado, território e nação. <b>Capítulo 2   Brasil: formação territorial, 22</b> Os limites, as fronteiras e a divisão política. Formação territorial e organização político-social. A formação do território brasileiro. <b>Capítulo 3   A regionalização e as divisões regionais no Brasil, 34</b> A regionalização. Planejamento regional. <b>Capítulo 4   A paisagem natural brasileira e suas transformações, 38</b> As características da paisagem natural brasileira. As atividades econômicas e a transformação da paisagem. <b>Projeto Especial</b> Unidades de Conservação no Brasil	<b>IV</b>	<b>O NORDESTE, 126</b> <b>Capítulo 9   A organização do espaço nordestino, 128</b> A formação do espaço geográfico nordestino. Nível socioeconômico e concentração da propriedade e da renda. <b>Capítulo 10   Dinâmicas da natureza no Nordeste, 137</b> Diversidade natural. Clima e vegetação. O relevo. A hidrografia. <b>Capítulo 11   O espaço socioeconômico nordestino, 150</b> O desenvolvimento da região. A agropecuária nas sub-regiões nordestinas. Os recursos minerais e a atividade industrial. A atividade turística. A rede viária nordestina. <b>Geografia &amp; Arte</b> Artesanato do Nordeste do Brasil
<b>II</b>	<b>BRASIL: ECONOMIA E SOCIEDADE, 60</b> <b>Capítulo 5   Brasil: de país agrário a país industrial, 62</b> A população e os setores da economia. A industrialização brasileira. Crescimento e modernização da economia. A modernização da agropecuária. <b>Capítulo 6   Brasil: o desenvolvimento econômico e social, 79</b> Crescimento econômico e distribuição de riquezas. A classificação dos países e o conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento e a questão ambiental. Os benefícios do crescimento econômico. <b>Geografia &amp; Arte</b> Desigualdades urbanas	<b>V</b>	<b>O CENTRO-SUL, 168</b> <b>Capítulo 12   A organização do espaço no Centro-Sul, 170</b> O início da organização econômica e social do Centro-Sul. A atividade industrial. <b>Capítulo 13   A natureza do Centro-Sul, 182</b> Espaço natural bastante transformado. Relevo. Hidrografia. Clima. Vegetação. <b>Capítulo 14   O espaço socioeconômico do Centro-Sul, 195</b> Atividades econômicas. A agricultura comercial. A pecuária. A indústria. Novos fatores que irão dinamizar o Centro-Sul. <b>Projeto Especial</b> Cana-de-açúcar no Brasil
<b>III</b>	<b>BRASIL: URBANIZAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL, 94</b> <b>Capítulo 7   A urbanização brasileira, 96</b> A urbanização. Urbanização e metropolização. Rede urbana. <b>Capítulo 8   A população brasileira, 105</b> A demografia. A formação do povo brasileiro. Os movimentos migratórios. <b>Projeto Especial</b> Por que migrar.	<b>VI</b>	<b>A AMAZÔNIA, 212</b> <b>Capítulo 15   A organização do espaço da Amazônia, 214</b> Amazônia. A ocupação da Amazônia. <b>Capítulo 16   Dinâmicas da natureza na Amazônia, 226</b> Natureza amazônica e a interferência da sociedade. O clima. A vegetação. O relevo. A hidrografia. <b>Capítulo 17   O espaço socioeconômico da Amazônia, 236</b> Modificações na estrutura produtiva. O extrativismo vegetal. O extrativismo mineral. A agricultura. A pecuária. A indústria de eletroeletrônicos e de bens de consumo em geral. A urbanização. A rede viária amazônica. <b>Geografia &amp; Arte</b> Cultura amazônica
			<b>BIBLIOGRAFIA</b>

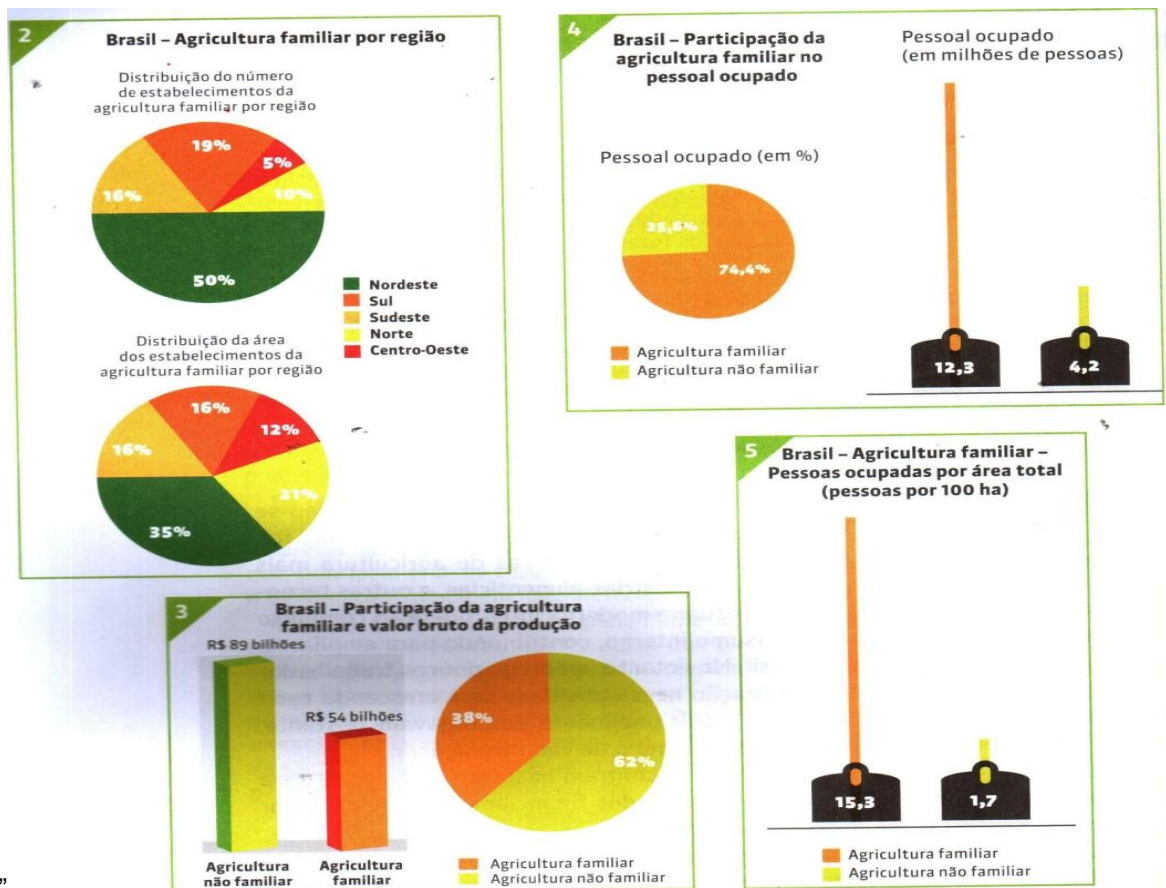
Fonte: livro “B”, Adaptado por Silveira (2016).

O primeiro que irá abordar a temática da economia brasileira e a sociedade onde tratará o Brasil como um país agrário e industrial. O segundo capítulo que nos chama a atenção trata da formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, os outros três capítulos seguem tratando em algum momento sobre a temática aqui em questão, abordando conteúdos a respeito das regiões geoeconômicas do Brasil, sendo estas: o nordeste, centro-sul e a Amazônia. É nestes capítulos que os autores fazem menção ao espaço rural brasileiro. Constata-se, desta forma, que o espaço

rural ganha maior destaque nos conteúdos abordados, quando analisados em relação ao livro “A”.

No primeiro capítulo analisado “Brasil de país agrário a país industrial”, o autor inicia o texto relembrando da importância dos três setores da economia (primário, secundário, terciário), sendo que o mesmo chama a atenção para a atual economia complexa do país, que por consequência levanta questionamentos sobre o verdadeiro papel de cada setor. Branco *et al* (2012) destacam que algumas atividades do setor primário já se encontram tão mecanizadas que as mesmas já poderiam ser consideradas atividades industriais. Isso nos leva entender que cada vez mais a agricultura familiar vem perdendo o seu espaço ou sendo agregada à lógica da agroindústria. É possível ver na análise realizada pelos autores conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 08: Imagens ilustrativas do capítulo “Brasil de país agrário a país industrial” do Livro



“B”

Fonte: livro “B”, (2012.p.74) Adaptado por Silveira (2016).

Os gráficos nos mostram que mesmo a agricultura familiar não tendo contemplado a maior parte do valor bruto da produção, ela emprega parte significativa de pessoas na área rural. Porém isso não minimiza os problemas enfrentados pela agricultura familiar, que precisa a todo o momento estar competindo com a agroindústria, sendo que esta sim geralmente ganha mais ênfase no decorrer do conteúdo do livro analisado, bem como perante a sociedade atual.

Posteriormente os autores chamam a atenção para um dos problemas da agricultura brasileira, que é a questão da concentração de grandes propriedades rurais nas mãos de um número pequeno de proprietários. Em consequência disso ocorre o agravamento da questão agrária, conforme podemos observar no trecho a seguir:

[...] Desde os anos de 1950, vem se discutindo a necessidade de uma reforma agrária, representada por uma redistribuição das terras improdutivas. Apesar da criação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, e de muita discussão sobre a reforma agrária, o problema da concentração de terras rurais nas mãos de poucos ainda não foi resolvido de uma forma mais abrangente, o que acaba gerando muitos problemas sociais no campo. (BRANCO, LUCCHI, 2012, p.75)

Apesar de os autores revelarem anteriormente no trecho citado a importância da reforma agrária para a atual fase do campo brasileiro, compreendemos que faltou discutir sobre a questão dos agricultores camponeses que se encontram vulneráveis perante a esta divisão de terras. No decorrer do texto, os autores abordam a questão da reforma agrária, de forma superficial. Ao tratar do conteúdo relacionado ao Movimento dos Trabalhadores Rural Sem-Terra (MST) é mencionado apenas um parágrafo, destacando o ano de criação e qual o objetivo deste movimento, conforme podemos observar a seguir:

[...] Criado em 1984, o MST é um dos movimentos que promovem ocupações de terras com o objetivo de pressionar o governo a acelerar o processo de reforma agrária. Além disso, ampara o pequeno agricultor que luta pelo fim do latifúndio. (BRANCO, LUCCHI, 2012, p.75)

No entanto, entendemos que o objetivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) não é apenas de pressionar o governo para uma distribuição igual de terras, eles lutam também por um espaço digno na sociedade, eles querem ter escola para seus filhos, um lugar para morar, terra para produzir não somente para o seu sustento, mas também para gerar renda, produzir comida em uma perspectiva mais solidária e servir a sociedade de modo geral (MORISSAWA, 2001, PRONERA, 2016).

No contexto das discussões sobre os sujeitos que fazem parte do campo brasileiro como os camponeses e os Sem-Terra mencionados anteriormente e seguindo a sequência da análise do livro, no que diz respeito a formação do povo brasileiro, os autores tratam do tema de forma mais geral, mencionam sobre a questão do povo indígena que era um povo de diferentes costumes, língua, crença, mas que tinham o seu modo de vida próprio. Vejamos um trecho do livro que ilustra este destaque:

[...] Viviam no Brasil entre 3 milhões e 5 milhões de indígenas de diferentes povos, com seus costumes, língua, crença, modo de construir casas, de obter alimentos, forma de organização social, enfim, seu modo de vida próprio. Com a chegada dos portugueses, os indígenas foram capturados e forçados a trabalhos escravos, começando aí as lutas de resistência contra o colonizador. Muitos povos desapareceram porque seus membros foram obrigados a se integrar à sociedade e a cultura dos não indígenas, esquecendo sua língua, seus costumes, suas crenças, seus valores, sofrendo um processo denominado aculturação. (BRANCO, LUCCI, 2012, p.75)

Este processo citado pelos autores que ocorreu com os indígenas não foi diferente do que ocorreu com outros sujeitos envolvidos no espaço rural. Onde os autores chamam a atenção ainda sobre os negros que aqui chegaram às terras brasileiras e tinham que trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, algodão e café entre outras funções em condições degradantes, como mostra a imagem a seguir:

Figura 09: Imagens ilustrativas do capítulo “A população brasileira” do Livro “B”



Fonte: livro “B”, (2012.p.114) Adaptado por Silveira (2016).

A imagem mostra um grupo de escravos trabalhando em uma colheita de café no ano de 1882, na cidade do Rio de Janeiro. Com a leitura e análise do texto “os afrodescendentes” presente no livro, pode-se perceber que ao mencionar sobre comunidades tradicionais, os autores abordam em apenas dois parágrafos o que são as comunidades quilombolas. Outro ponto a ressaltar é que no livro analisado, os sujeitos até então mencionados (camponeses, afrodescendentes, indígenas) e que na nossa visão, em sua maioria, fazem parte do espaço rural, estão sendo citados para complementar o capítulo em que irá abordar o espaço urbano, sendo estes constituídos como parte da formação do povo brasileiro e não sujeitos que estão envolvidos com o espaço rural.

Vale então ressaltar a importância de o professor analisar o material a ser trabalhado com o aluno, bem como ter clareza a respeito da importância de trabalhar a questão da trajetória destes sujeitos que contribuíram muito para a construção da sociedade brasileira.

Outro ponto importante notado no decorrer da leitura e análise do livro didático, foi que, no contexto em que os autores irão tratar das regiões Nordeste,



Centro-Sul e Amazônia, percebe-se de imediato a clara opção da preferência dos autores em tratar da região Centro-Sul. Revelada através das imagens e dos conteúdos que envolvem as regiões, pois, a questão do desenvolvimento das mesmas através das atividades do espaço rural só é mencionada na região Centro-sul, onde também se observa uma constante preocupação dos autores em distinguir a agricultura familiar da comercial como é possível observar na imagem a seguir:

Figura 10: Imagens ilustrativas do capítulo “O espaço socioeconômico” do Livro “B”



Fonte: livro “B”, (2012.p.17) Adaptado por Silveira (2016).

Os autores fazem questão de mencionar que a agricultura familiar não possui recursos suficientes para competir com a agricultura comercial e que esta, por sua vez, participa bem mais para o cenário da grande expansão agrícola contribuindo assim para o processo da exportação, conforme podemos observar:

[...] A grande expansão do setor agrícola a partir da década de 1970, com o plantio de produtos destinados à exportação, contribui para a formação, de grandes complexos industriais, responsáveis pelo beneficiamento, pela industrialização e pela exportação de diversos produtos, como a soja, o arroz e o fumo. (BRANCO, LUCCHI, 2012, p.198)

Quanto à questão da agricultura familiar, os autores ainda ressaltam que a mesma só se tornará mais competitiva a partir do momento em que houver a união das famílias e de pequenos proprietários rurais em cooperativas agrícolas.

Embora a questão do espaço rural bem como dos agentes envolvidos nesta temática não sejam muito contemplados nos capítulos que abordam a região Nordeste e Amazônia, é possível mencionar que ao falar do sertão nordestino os autores destacam como principal atividade econômica a criação de animais, e pouco tratam sobre a agricultura. Que muitas vezes a prática da mesma ocasiona impactos negativos na natureza, por exemplo, a salinização dos rios em consequência do processo de irrigação.

Ao tratar da região da Amazônia no que diz respeito aos conteúdos que estão atrelados como espaço rural é possível mencionar que no decorrer da leitura do capítulo, o que ganha mais destaque é o extrativismo vegetal e mineral, o desenvolvimento sustentável, onde, produtores rurais acabam desmatando para a plantação de pasto para a criação de animais (pecuária) e cultivo de produtos oriundos da agricultura comercial e também de subsistência.

A análise proposta nessa pesquisa permitiu depreender que os tratamentos do espaço rural nos livros didáticos apresentam-se em diferentes enfoques e critérios e essas orientações a respeito do tema em questão passam pelo conhecimento do professor. Compreendemos, assim, do modo como o livro didático propõe os conteúdos relacionados ao espaço rural brasileiro é de fundamental importância a existência de aberturas para ampliar conhecimentos deste conteúdo pelo professor, uma vez que o mesmo é mediador do processo ensino e aprendizagem.

### **3.A ÊNFASE NO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADES DOS SUJEITOS DO CAMPO: O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO**

Como já viemos afirmando ao longo deste texto, discutir o livro didático constitui refletir sobre um dos mais importantes instrumentos de ensino e aprendizagem, pois o mesmo ainda tem sido considerado o principal material de apoio pedagógico presente na escola pública. Assim, compreendemos como necessário observar e refletir atentamente a respeito dos conteúdos contidos no livro. Cabe salientar que o referido material ganhou um importante espaço no ambiente escolar, sendo considerado um organizador de conteúdos, metodologias e avaliações. Diante disso, muito se tem discutido a respeito da qualidade do material contido nos livros didáticos, sobretudo a partir do financiamento do Governo Federal por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

A partir desta compreensão, foi possível constatar em nossas análises que o material supramencionado aproxima-se muito do discurso capitalista, pois defende o agronegócio como sendo forma de desenvolvimento no campo, ao mesmo tempo em que silencia e/ou invisibiliza inúmeras vezes a importância da agricultura familiar, bem como dos sujeitos que estão envolvidos no meio rural como camponeses, indígenas, quilombolas afrodescendentes, imigrantes europeus entre outros. Sobre a produção desta invisibilidade, corroboramos com a compreensão de Sousa Santos (2007, p. 71) que:

[...] o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: os “deste lado da linha” e os “do outro lado da linha”. A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente (SOUSA SANTOS, 2007 p.71).

Foi possível observar que o agronegócio é compreendido no material analisado como estando “deste lado da linha” e a agricultura familiar e os sujeitos do campo que estão envolvidos no espaço rural brasileiro acabam sendo “o outro lado da linha”. Sendo que esses últimos acabam perdendo o seu “espaço” inúmeras vezes devido à lógica do capitalismo que preza pela crescente acumulação de riqueza de um lado, e do outro lado ocorre a produção de uma “ralé penuriosa” que se torna esquecida pela sociedade. Cria-se assim um cenário propício para uma instabilidade social bem como disputa entre classes (HARVEY, 2006).

Assim procurando aprofundar estas duas premissas, o presente capítulo irá focar na ênfase que é dada ao discurso do agronegócio no espaço rural e que em consequência disso produz-se invisibilidade, uma visão negativa tanto da agricultura familiar como dos sujeitos que fazem parte desse espaço rural.

Com essa compreensão, buscamos contribuir para enfatizar que o campo não é apenas o espaço do agronegócio. O rural, além de ser um espaço produtivo, ele envolve sujeitos, histórias, culturas, interações sociais, pertencimento, ou seja, o rural também é um lugar de vida não pode ser visto apenas como um viés econômico.

### 3.1 A ÊNFASE NO AGRONEGÓCIO E O DISCURSO NEGATIVO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

A análise proposta nesta pesquisa revelou que o agronegócio ganha mais destaques nos conteúdos dos livros didáticos, aparecendo como uma atividade mais produtiva e lucrativa em larga escala. Enquanto isso, a agricultura familiar passa a existir neste cenário como um modelo de rural tradicional. Fortalece-se, então, uma perspectiva desse modelo, onde os trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, em que o campo não é visto como um território de vida, mas sim como um meio de produção (FERNANDES, MOLINA, 2005).

Essa perspectiva gera um sentimento de realidade nos sujeitos que fazem parte do espaço rural, e ao gerar este sentimento ele cria um sistema de ideias em que os sujeitos possam pensar outro mundo, sendo este, visto como um sistema moderno e com maiores tecnologias no campo, a única saída, conforme destaca Fernandes e Molina (2005, p. 58):

O paradigma do rural tradicional tem criado nos últimos anos uma série de necessidades para os povos que vivem no campo, a exemplo de muitos acreditarem que somente podem concorrer com o capitalismo se desenvolver a sua produção com base em um sistema de informação e de tecnologia, o mesmo utilizado pelas grandes indústrias agrícolas.

Inserido neste contexto não se pode negar que durante o longo processo de desenvolvimento da produção agrícola, ocorreram inúmeras mudanças no espaço rural brasileiro, a mais marcante como relata Pereira (2012), foi a revolução verde que ocorreu na segunda metade do século XX. A mesma consiste em um programa que tinha como propósito aumentar a produção agrícola por meio do uso de insumos, sementes de laboratório, fertilização do solo e uso de máquinas, tendo como seu principal objetivo: solucionar a fome no mundo. Atualmente, outro slogan muito utilizado é o de amenizar os efeitos do “aquecimento global”.

Trata-se de um processo que representou um ciclo de inovações e transformações para o sistema agrícola, porém, a produção aumentou, mas o problema da fome não foi solucionado. Há quem considere que a revolução verde foi um veículo de desigualdade social e um obstáculo para o desenvolvimento dos camponeses e de suas práticas agrícolas, como afirma Pereira (2012, 686):

Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, a dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A revolução verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural.

É possível afirmar então que a revolução verde pode ser considerada um sistema dominante incompatível com a igualdade e a justiça, pois, a mesma

despreza a pluralidade e a desigualdade dos sujeitos. Entretanto as transformações no campo não cessaram, foi possível presenciar novas práticas agrícolas atreladas à revolução verde, como a incorporação de processos industriais, as transformações no trabalho realizado no campo, o surgimento cada vez mais acentuado do agronegócio que foi criado, como destaca Leite e Medeiros (2012), para expressar as relações econômicas existentes entre os setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços.

O agronegócio proporcionou para o espaço rural brasileiro, um considerável avanço tecnológico da produção no campo, ao qual podemos destacar a ocorrência de uma perspectiva de modernização da agricultura, conforme afirma (SANTOS 2009):

O processo de modernização da agricultura brasileira iniciou-se na década de 1950 e se intensificou nos anos 60, principalmente nas regiões sul e sudeste. A partir da década de 1970 esse processo de modernização começou a se espalhar pelas demais regiões do país. Tal processo foi chamado de modernização conservadora, pois não se altera profundamente a estrutura social existente, e as principais características deste processo foram as rápidas e profundas transformações no padrão tecnológico. Apesar de aspectos positivos como o aumento da produtividade agrícola, que contribuiu para o crescimento da economia nacional, a modernização também apresentou aspectos negativos. (SANTOS, 2009, p. 08)

Dessa forma, a modernização do campo atrelada à lógica do agronegócio passou a aumentar a produtividade, mas em consequência a isso aumentou também a exclusão de diferentes sujeitos do campo, bem como todos os processos que envolvem esses sujeitos, tais como a prática da agricultura familiar, a luta pela terra, os territórios e as territorialidades dos povos e comunidades tradicionais, os movimentos sociais, entre outros. Assim destaca Leite e Medeiros (2012, p. 81) que:

[...] deve ser observado tanto nas reflexões sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades que estariam compreendidas nessa definição do agronegócio, quanto, igualmente, para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais e atividades que não estariam representadas e/ou legitimadas pelo emprego desse termo: agricultores familiares, assentados de projetos de

reforma Agrária, comunidades tradicionais etc. Em boa medida, a permanência dessas últimas no cenário agrário atual tem sido identificada, pelos segmentos mais conservadores, como “obstáculo”, “atraso”, ou, ainda como portadoras de experiências” obsoletas “num meio rural cada vez mais industrializado.

É possível afirmar, então, que o agronegócio tem um sentido muito amplo, mas também muito difuso, e o mesmo está cada vez mais associado ao desempenho econômico sendo considerado um símbolo político da modernidade enquanto modernização. O agronegócio passa a ser visto pelas forças sociais, desta forma, como um novo inimigo que precisa ser combatido (LEITE; MEDEIROS, 2012).

Com o desenvolvimento do agronegócio e todos os elementos que o envolvem, constata-se por meio das literaturas aqui consultadas, um processo de permanente exclusão social no campo, onde a agricultura familiar, que conforme aponta Neves (2012), trata-se de um modelo de organização da produção e que envolve o trabalho familiar, considerado um meio sustentável de desenvolvimento, foi perdendo cada vez mais o seu espaço, nem sempre sendo considerado estratégico.

Essa negação da agricultura familiar que foi até então destacada na análise do livro didático, devido à ênfase nos conteúdos em torno do agronegócio, acaba gerando na sociedade, uma visão de que o campo que não se encaixa na proposta do agronegócio, acaba se tornando um lugar de atraso, de inferior, conforme afirma Fernandes e Molina (2005, p.82):

“Todavia, a visão que ainda prevalece na sociedade é a que considera o campo lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Essa falsa imagem consolidou um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a visão-suporte para o processo de modernização da agricultura implementado no país. (FERNANDES e MOLINA, 2005, p.82).

A visão de superioridade do espaço urbano reflete problemas no campo de âmbito social, político, econômico e cultural. Os sujeitos que estão inseridos no

campo, a exemplo de quilombolas, indígenas, camponeses e outros, são vistos por setores da sociedade como sendo inferiores aos que moram nas áreas urbanas. São sujeitos desprovidos de direitos e de garantias. Essa negação de direito nota-se a partir das condições de vida a que estão submetidos inúmeros indivíduos do espaço rural (falta de oportunidade de geração de renda, acesso a cultura e ao lazer, difícil acesso a escola entre outros). Nota-se assim que se tornou necessário à mobilização destes sujeitos para a aquisição de seus direitos e uma das alternativas e a principal foi à criação de movimentos sociais do campo.

Dessa forma é preciso afirmar que o campo brasileiro não é somente um campo do agronegócio, da produção em larga escala, do latifúndio, do grande produtor. É necessário proporcionar para o aluno, nas aulas de Geografia, outras visões de campo, deixando claro que o mesmo não é somente o território do negócio, mas que ele é, sobretudo, um território de cultura, de identidade, de pertencimento, um espaço de vida. É preciso ampliar leituras e debates conjuntamente com o aluno, para também contemplar noções em que o campo também envolve a agroecologia, a agricultura orgânica, a agricultura familiar, os movimentos sociais, os sujeitos do campo entre outros.

Diante disso, percebe-se que a visão apresentada no livro didático analisado sobre o espaço rural afasta-se da nossa, visto que é preciso respeitar as diversas compreensões, mas para nós o espaço rural vai além do agronegócio. É preciso então que o professor tenha clareza a respeito do seu entendimento diante do tema, para não correr o risco de ser incoerente ou se afastar ainda mais das diversas formas de paisagem que existem no campo e da vida nos territórios.

### 3.2 A INVISIBILIDADE DOS DIFERENTES TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DOS SUJEITOS DO CAMPO

Cabe destacar que a sociedade atual está caracterizada por símbolos, valores, representações e instituições, que está principalmente marcada por determinadas formas de saber e poder, que são ocupantes de uma posição hegemônica. Essa hegemonia está caracterizada principalmente ao retratarmos como são vistos os



sujeitos do campo na sociedade. Sujeitos esses que, em grande parte, também estão em constantes “lutas” pelo reconhecimento de suas identidades sociais para não serem vistos como inexistentes, segregados e inferiorizados, conforme afirma Arroyo (2012, p. 230):

Um dos traços marcantes na nossa história social, política e cultural tem sido a produção de coletivos diversos em desiguais, tem sido ainda a produção dos diferentes em gênero, em raça, em etnia e também dos trabalhadores do campo como inexistentes, segregados e inferiorizados como sujeitos de história. As tentativas de mantê-los à margem da história hegemônica e à margem da história social, econômica, política e cultural têm sido uma constante.

Ao nos referirmos sobre a invisibilidade dos sujeitos do campo bem como a produção de não existência desses sujeitos, Souza Santos (2001) destaca cinco lógicas ou modos de produção de não existência sendo elas:

- I) A primeira lógica de não-existência estaria pautada na *monocultura do saber*, caracterizado pelo modo de não existência mais poderoso segundo o autor, pois segundo esta lógica o que não é legitimado pela transformação da ciência moderna e da alta cultura é declarado como não- existente.
- II) A segunda lógica consiste na *monocultura do tempo linear*, onde declara atrasado e não existente tudo aquilo que não “acompanhou” o processo de modernização, progresso, desenvolvimento, globalização entre outras modificações que ocorreram e continuam a ocorrer na nossa sociedade.
- III) A terceira lógica se caracteriza pela *classificação social*, a não-existência aqui é representada pela forma de quem é considerado inferior ou superior, tanto no que diz respeito a raça, cultura, ou sexo.
- IV) A quarta lógica da não-existência é a da *escala dominante* aqui representada sob a lógica da escala global, as realidades globais também produzem a não-existência, ou seja, os espaços de sociabilidade de pequena escala geram uma visão de não-existência.
- V) A quinta lógica resume-se na *produtividade*, e a visão de não-existência está caracterizada sobre a forma de improdutivo, ou seja, tudo aquilo que não

gera muito lucro no processo de produção é visto como não-existente, isso nos remete a pensar na questão da agricultura familiar e os sujeitos que estão envolvidos neste processo, que como já foi mencionado anteriormente é um modo de produção de tempo mais lento.

Dessa forma é possível considerar que estamos inseridos em uma sociedade marcada fortemente pela desigualdade entre os sujeitos. Presenciamos na sociedade atual um sistema de distinções visíveis e invisíveis, que constituem dois lados da linha, o “deste lado” e o do doutro lado”, sendo que, os que envolvem o outro lado geralmente são vistos como inexistentes é o caso de diferentes sujeitos do campo na atualidade. Cria-se, assim, uma hegemonia em nossa sociedade (SOUSASANTOS, 2007).

Para tanto, o exercício dessa hegemonia, que não é algo recente, perdurou desde o processo de conquista dos grandes impérios sobre povos colonizados até os modelos mais avançados de dominação, para a apropriação do território. Desse modo, os Estados Nacionais passam a ser constituídos a partir de um ideal de Estado-Nação, buscando assim sua própria identidade (ROCHA, 2009).

Nesse intuito, é fundamental destacar que conhecer uma identidade étnica se torna indispensável para a compreensão da formação de determinados territórios. E ao se tratar do espaço rural brasileiro é preciso entender que a formação desse espaço envolve sujeitos, e esses tem um sentimento de pertencimento ao espaço rural, como destaca Tardim (2012, p. 168):

Em se tratando do campesinato, ele se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de agroecossistemas.

Percebe-se, assim, que a agricultura representa uma relação humano-natureza, que vem marcada por um forte sentido de conexão, de pertencimento, de

cuidado e de territorialidade. Porém, muitos dos sujeitos do campo que estão inseridos neste contexto estão sendo produzidos constantemente como inexistentes, segregados e inferiorizados aos que “pertencem” ao espaço urbano, gerando assim um sentimento de repressão nos sujeitos do campo, ocasionando conforme afirma Tardim (2012, p.183), inúmeras formas de agressão:

A contenção, o impedimento de acesso a terra e a exploração do seu trabalho constituem expressão da violência histórica e estrutural que perdura sobre os povos camponeses, para isso o estado burguês e os agentes do capital fizeram uso das mais variadas formas de agressão. Porém, ainda que condicionados a situações materiais precárias e inferiores, povos originários, africanos e o campesinato miscigenado lançaram mão de sua indignação, capacidade organizativa e conhecimento e ergueram-se em rebeliões com elevado grau de radicalidade, realizando combates armados com seus inimigos expropriadores e exploradores.

Este sentimento gerou novas formas de organização política dos sujeitos do campo, foram criados então inúmeros movimentos sociais, tais como o MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra), o MAB (Movimento dos atingidos por barragens), o MMC (Movimento das mulheres camponesas) entre outros, para que com isso os sujeitos do campo pudessem mostrar a sociedade que os mesmos precisam ser reconhecidos como parte da história. Estes movimentos vêm realizando uma caminhada longa e tensa, com o propósito de situar o campo na agenda pública das políticas educacionais (ARROYO, 2005).

Dessa forma, pode-se mencionar que esta invisibilidade dos sujeitos do campo está ligada a inúmeros processos que ocorreram no espaço rural, a destacar principalmente a questão da revolução verde, da modernização do campo, do agronegócio, que são fatores ligados ao sistema capitalista. Esse sistema que visa cada vez mais atender de produção em larga escala, acaba por contribuir para a exclusão da agricultura familiar, bem como os sujeitos que nela estão envolvidos.

O sistema capitalista promove um desenvolvimento da sociedade desigual, sendo ele um fator de subordinação dos sujeitos do campo, ele também amplia as diferenças econômicas e sociais e inúmeras vezes o resultado para tentar adquirir a igualdade, gera conflitos. Tardim (2012, p. 185) destaca que:

Essa expansão e invasão do capitalismo no campo são devastadoras para o campesinato, seja por imporem a mercantilização – um padrão de produção e consumo absolutamente distante da sua trajetória cultural, étnica, familiar e comunitária -, seja por alterarem intensamente suas bases materiais produtivas, até então profundamente vinculadas aos processos ecológicos e às tecnologias endógenas, seja, ainda, por elevarem as contradições a ponto de fazerem irromper novo ciclo de lutas camponesas no país. (TARDIM, 2012, p.185)

A desigualdade bem como a invisibilidade a que os sujeitos do campo presenciam acabam por gerar um sentimento de não pertencimento ao espaço em que estão inseridos, principalmente no que diz respeito aos mais jovens. Dessa forma, parte-se de um contexto que um dos campos de estudo necessário na docência em geografia rural são os sujeitos que nela estão inseridos, definida aqui no contexto territorial de sua existência.

Assim, de maneira geral, esse tema deveria estar inserido numa discussão aprofundada nos livros didáticos de Geografia, com uma abordagem mais profunda sobre os processos de configuração do território brasileiro e alguns aspectos políticos e econômicos envolvidos, já que a formação do território baseia-se na cultura e no povo que estão neste território.

Baseado nos fatos acima mencionados percebe-se a invisibilidade desse assunto nos livros didáticos analisados, ou seja, da diversidade de sujeitos que compõe o espaço rural do território brasileiro. A formação do povo brasileiro, por exemplo, ocorreu em razão das relações de diversos grupos humanos que contribuíram no desenvolvimento do país. São inúmeras as relações étnico-raciais que favoreceram a formação do povo brasileiro, sendo que os principais grupos foram os povos indígenas, camponeses, quilombolas afrodescendentes, imigrantes europeus entre outros.

A forma vaga como os livros analisados tratam do assunto, deixam lacunas quanto a esse conteúdo sobre territorialidade dos sujeitos. Esses que fazem parte da nossa história munido de suas culturas, etnias, economia e diversidade. Quando o livro didático reforça o agronegócio como projeto de desenvolvimento econômico em detrimento da agricultura familiar, ele contribui para invisibilizar práticas, saberes,

experiências, produção e sujeitos da agricultura familiar, sendo que a mesma também deve ser vista com uma possibilidade credível de desenvolvimento do campo.

Diante das análises realizadas, faz-se relevante pensar a necessidade de expor aos alunos que o espaço rural brasileiro é composto também por sujeitos que ajudam a construir uma sociedade que é para ser igualitária para todos. Que o campo também é lugar de avanços econômicos, culturais, sociais, políticos. O mesmo é resultado de uma identidade que precisa ser respeitada e valorizada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, primeiramente, procuramos realizar uma análise de dois livros didáticos de geografia mais utilizados nas escolas do município de São Carlos-SC, com o objetivo de procurar entender qual era a visão dos autores dos livros a respeito do espaço rural brasileiro, bem como era abordado à questão dos sujeitos que estão inseridos no mesmo.

Esta análise nos permitiu constatar, de modo geral, que o espaço rural brasileiro é tratado com ênfase em sua dimensão econômica no contexto capitalista atual, em que o agronegócio é tratado de modo mais amplo. Também é possível entender que é dado muito mais importância a ele do que a agricultura familiar, sendo que esta última é pouco mencionada no que diz respeito ao debate do desenvolvimento rural.

Ao se tratar do rural brasileiro, os temas que mais se destacam no conteúdo dos livros tratam da importância econômica das atividades agrícolas, dando ênfase para o agronegócio. As imagens que ilustram o espaço rural nos livros didáticos escolhidos passam a compreensão de que o campo é bem mais o espaço de produção e não de vida das pessoas, o que remete a pensar na inferioridade e invisibilidade dos sujeitos que fazem parte deste espaço.

Notou-se que as obras analisadas não esclarecem o modo de vida dos sujeitos do espaço rural brasileiro, pois, estes são vistos como atrasados, desiguais, quando relacionados ao espaço urbano. Mascara-se assim a importância destes sujeitos do campo no processo de desenvolvimento da sociedade. Sendo que os mesmos fazem parte da construção da história do povo brasileiro e eles encontram-se munidos de uma diversidade cultural.

Verificou-se que as obras analisadas apresentam inúmeras fragilidades ao tratar de determinados conteúdos do espaço rural, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar, os movimentos sociais do campo, os sujeitos que fazem parte do espaço rural. A pesquisa demonstra a necessidade de questionar,

rever, analisar os conteúdos dos livros didáticos, pois, os mesmos se constituem em um importante instrumento para o processo ensino e aprendizagem nas escolas. É preciso pensar em uma educação que esteja voltada para o interesse e valorização de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento e construção da sociedade brasileira.

Portanto, além de retomar o modo como os livros didáticos apresentam os conteúdos analisados, acredita-se que para trabalhar a temática do espaço rural brasileiro em sala de aula, que é tão complexo, faz-se necessário que o professor tenha o cuidado de analisar os conteúdos a serem explorados, pois, torna-se importante a construção de uma educação que possibilite ao aluno conhecer de forma clara e assim se sentir um sujeito atuante e participativo do espaço em que vive, seja no campo ou na cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócio**, 24 ed. São Paulo, Atlas S.A., 2007.

ARROYO, Miguel G. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. In: Molina, Mônica C; Jesus, Sonia M (Org) **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**, 2 ed. Brasília, 2005. P. 91- 108.

ARROYO, Miguel G. Diversidade. In: Caldart, Roseli S; Pereira, Isabel B; Alentejano Paulo; Frigoto, Gaudêncio (Org) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012. P. 229 – 236.

BRANCO, Anselmo L.; Lucci, Elian A **Geografia: homem e espaço, 7 ano.**22.ed. São Paulo, ed. Saraiva, 2012.

BRANCO, Anselmo L.; Lucci, Elian A **Geografia: homem e espaço, 6 ano.** 22. Ed. São Paulo, ed. Saraiva 2012.

CARVALHO, Horacio. M. **Lutas sociais do campesinato na contemporaneidade no Brasil**. Boletim dataluta – artigo do mês de novembro de 2015. Disponível em <[www.fct.UNESP.br/nera](http://www.fct.UNESP.br/nera)>. Acesso em 19 de jun/2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP. Ed. Papirus, 1998.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didática: sobre o estado da arte. In. **Revista Educação e Pesquisa**, set-dez, vol.30, ano 3, Universidade de São Paulo: SP,2004.

FERNANDES, Bernardo M; Molina C. Mônica. O Campo da Educação do Campo. In: Molina, Mônica C; Jesus, Sonia M. (Org) **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**, 2 ed. Brasília, 2005. P. 53-89.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo. Ed. Annablume, 2005.

KERBES, Zenaide, Schimitz. **Conhecendo São Carlos**. São Carlos. Ed. Porto Novo, 2004.

LEITE, Sergio P; Medeiros, Leonilde S. Agronegócio. In: Caldart, Roseli S; Pereira, Isabel B; Alentejano Paulo; Frigoto, Gaudêncio (Org) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012. P. 79 - 85.



MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar. In: Caldart, Roseli S; Pereira, Isabel B; Alentejano Paulo; Frigoto, Gaudêncio (Org) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012. P. 32 - 40.

NOGUEIRA, Valdir.; CARNEIRO, Sônia M. M. **Educação Geográfica e formação da consciência espacial-cidadã**. Curitiba-PR: Ed. UFPR, 2013.

PALUDO, Conceição; Daron, Vanderleia L P. Movimento de Mulheres Camponesas. In: Caldart, Roseli S; Pereira, Isabel B; Alentejano Paulo; Frigoto, Gaudêncio (Org) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012. P. 481 - 486.

PEREIRA, Mônica C B. Revolução Verde. In: Caldart, Roseli S; Pereira, Isabel B; Alentejano Paulo; Frigoto, Gaudêncio (Org) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012. P. 685 – 689.

PONTUSCHKA, Nídia. Nacib; PAGANELLI, Tomoko. Iyda; CACETE, Núria. Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

PRONERA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Manual de Operações**. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15/01/2016, Brasília, 2016.

ROCHA, Gabriela F. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: Uma análise interdisciplinar. **Revista do CAAP**. Belo Horizonte, n. 2, p. 233-253, jul/dez 2009. Disponível em: <http://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/article/view/64>>. Acesso em: 23 de out. de 2016.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático: alcances e limites**. Disponível em [http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas\\_redondas/mr19-Mauro.doc](http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc). Acesso em 04/06/2016.

SANTOS, Camila Ferreira. **Agricultura Familiar nos Territórios Baianos: o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil**, 2009, 66f. TCC (em Ciências econômicas)—Universidade Federal da Bahia, Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Salvador, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>>. Acesso em 30/05/2016.

SILVA, Maria A, Oliveira, Alexandra M. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. **Revista**

**geografia ensino e pesquisa**.n. 3,v. 17, p.91-106, set/dez. 2013. Disponível em:<<<https://periodicos.ufsm.br/geografia/issue/view/685>>> Acesso em: 12 de jul. de 2016

SOUSA Santos, Boaventura de. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**.n. 63, p.237-280, out. 2002. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/846>> Acesso em: 15 de Nov. de 2016

SOUSA Santos, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In. **Novos Estudos***. n. 79. Novembro, 2007.

TARDIM, José M. Cultura Camponesa. In: Caldart, Roseli S; Pereira, Isabel B; Alentejano Paulo; Frigoto, Gaudêncio (Org) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012. P. 178 – 186.

VESENTINI, José W. A questão do livro didático no ensino da geografia. In: Vesentini, José W; *et al.* (Org) **Geografia e ensino: textos críticos**, ed. Papyrus,Campinas, 1989 P. 161 - 179.